



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações – PR/SL

Despacho nº: 1.431/2022 – PR/SL

Assunto: **Processo nº 59500.002028/2022-15-e - Impugnação da Construtora KONNEN LTDA,** contra o julgamento do Edital nº 20/22, que tem por objeto a elaboração do estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA) e do anteprojeto de engenharia visando a implantação de transposição da Baía de São Marcos (sistema viário São Francisco – Bonfim – Itaqui), vias de acesso e infraestrutura completa, no município de São Luís, no Estado do Maranhão.

Ao Chefe da PR/SL,

Encaminho o presente processo, referente a impugnação interposta pela CONSTRUTORA KONNEN LTDA, contra as condições do Edital 20/2022, cujo objeto está acima descrito, para ser encaminhada à área técnica, para fins de conhecimento e julgamento da mesma.

Informamos que a licitação está marcada para o dia 16/11/2022, às 10 horas.

Ressalto que conforme o parágrafo 1º do art. 87 da Lei nº 13.303/16, a impugnação deverá ser respondida em até 3(três) dias úteis:

“§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, devendo a entidade julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 2º.”

No que se refere à impugnação mencionada, foi contestado o seguinte procedimento que trata da realização da licitação:

“Observa-se que o julgamento da proposta técnica, no edital em referência, ocorrerá após a divulgação dos preços.

O critério de julgamento do edital em referência é Técnica e Preço, logo o julgamento da proposta técnica deve ocorrer antes do julgamento das propostas de preço.”

Diante do exposto, é importante esclarecer que qualquer procedimento de julgamento de uma licitação eletrônica, mesmo com base na Lei nº 13.303/16, que é realizada dentro do ambiente do RDC Eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal, só pode ser realizado, unicamente, após a fase de lances, tendo em vista que antes dessa fase não é possível ter conhecimento de quais empresas estão participando, apenas a quantidade de empresas concorrentes, bem como não é possível ter acesso a



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria de Licitações – PR/SL

nenhum documento que foi solicitado como anexo, que é o caso das licitações do tipo técnica e preços, além disso, só é possível desclassificar qualquer proposta apresentada caso ela não atenda o objeto licitado.

É importante ressaltar ainda, que a fase de lances é necessária para se adquirir um possível menor preço ofertado pelo licitante, antes da fase de negociação, preço esse que será mantido em “stand by” até a finalização do julgamento das propostas técnicas, que gerarão notas, e ambas informações serão ponderadas na fórmula constante do subitem 9.2 do Termo de Referência, anexo do Edital nº 20/22, e só após isso é possível ter conhecimento da ordem de classificação das empresas para partir para uma possível negociação e demais procedimentos da sessão pública.

Brasília – DF, 13 de outubro de 2022.

ASSINADO ELETRONICAMENTE

LUCIANA MOTA COELHO

Analista em Desenvolvimento Regional
Secretaria de Licitações – PR/SL